

M W A N G O L É

ABRIL | MAIO | JUNHO 2008

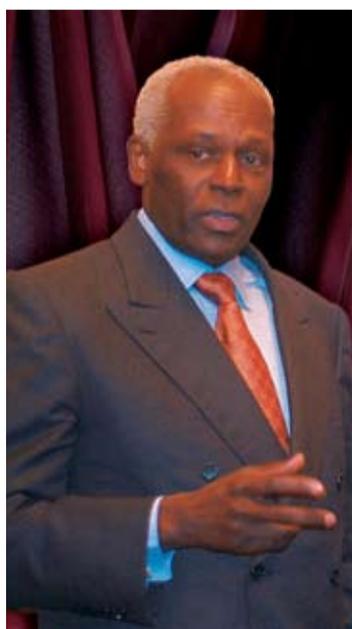
EDIÇÃO GRATUITA

www.embaixadadeangola.org

EDIÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPRENSA DA EMBAIXADA DE ANGOLA EM PORTUGAL

Dia de África em Portugal

Embaixador de Angola destaca unidade africana



PR confirma eleições legislativas para 5 de Setembro

Pag. 2



Tribunal Constitucional já funciona

Pag. 5



Evandro Brandão

Neto de Napoleão Brandão é promessa do Manchester United

Pag. 16



Pag. 15

Daniel Nascimento

«A minha carreira vai continuar se Deus quiser»

Cresce

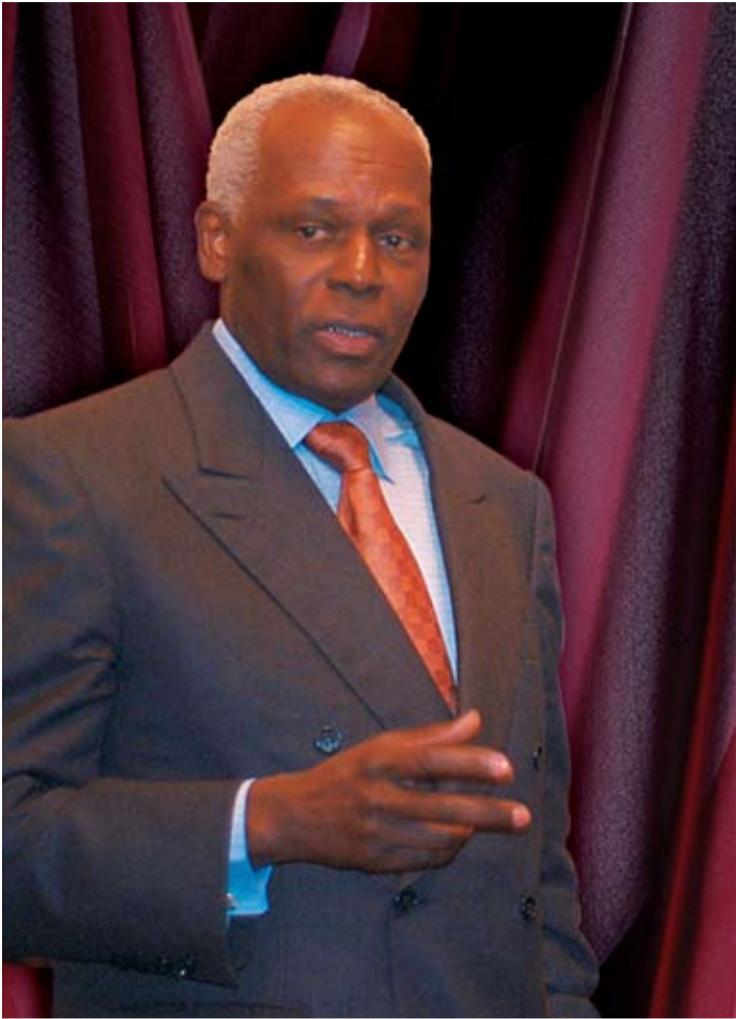
Pag. 8

investimento chinês em Angola



Consulado de Lisboa mais próximo da Comunidade

Pag. 11



Convocadas para **Cinco de Setembro**

Presidente José Eduardo dos Santos confirma Legislativas

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, convocou a realização das eleições legislativas em Angola para cinco de Setembro próximo, o que confirma os passos firmes e seguros para a democratização do País, seis anos depois do fim da guerra em 2002.

A convocação das eleições legislativas vem expresso num documento dos Serviços de Apoio ao Presidente da República, distribuído em Luanda, que, adianta, em conformidade com a recomendação da reunião do Conselho da República, realizada no dia três de Junho, a Assembleia Nacional deverá estudar e legislar sobre a possibilidade de extensão do período

de votação caso ocorram razões fora do âmbito do artigo 121º da Lei Eleitoral que não permitam que todos os cidadãos possam exercer o seu direito inalienável de voto no dia cinco de Setembro. No seu preâmbulo, o decreto presidencial reitera a necessidade dos angolanos exercerem de modo livre, consciente e responsável o seu direito de voto para escolher os seus

representantes, confiando-lhes a responsabilidade de conduzir os destinos da Nação, refere o documento. A convocação das eleições legislativas pelo Presidente da República, surgiu um dia depois de o Conselho da República se ter reunido, tendo considerado estar a decorrer com normalidade o processo preparatório e estarem garantidas as condições para a realização das "eleições legislativas livres, justas e credíveis em conformidade com a lei". Num comunicado de imprensa, o Conselho da República reiterava o seu apelo para que os partidos políticos mantenham uma postura de tolerância e respeito pelas convicções alheias, não fazendo recurso a quaisquer atitudes

que possam criar um clima de crispação e violência. Concordava igualmente com o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em convocar as eleições legislativas no período por si anunciado na sua mensagem de fim de ano de 2007. Aquele órgão de consulta do Chefe de Estado considerou como satisfatório o processo de conclusão do registo eleitoral, tendo felicitado a Comissão Inter-ministerial para o Processo Eleitoral (CIPE) pelo trabalho realizado, dentro dos prazos previstos e em conformidade com a lei. Exprimiu também preocupação em relação ao extravio, apreensão ilegal, destruição de cartões de eleitores que configuram claras violações à lei, tendo recomendado a

tomada de medidas de natureza policial e judicial, com vista a pôr cobro tais situações e permitir que todos os cidadãos exerçam o seu direito de voto. Com vista a garantir a possibilidade de todos os cidadãos exercerem o seu direito inalienável de voto, o Conselho da República recomendou para esse efeito a constituição de um número suficiente de assembleias e mesas de voto. Por outro lado, tendo em conta poderem ocorrer razões para a não realização das eleições em determinadas localidades, fora das causas previstas no artigo 121 da Lei Eleitoral, recomendou à Assembleia Nacional que estude e legisle no sentido da conclusão do acto de votação. ■

Igreja Católica:

A convocação das eleições foi um gesto positivo

No que depender da Igreja Católica, não haverá espaço para abstenções motivadas por qualquer tipo de receio nas eleições legislativas de Setembro. Segundo o padre Xavier Valdivielso, em entrevista exclusiva ao Jornal de Angola, desde o início do processo eleitoral que a Igreja Católica assumiu a responsabilidade de sensibilizar os cristãos a votar sem receios, com consciência social e a terem em conta os programas que serão apresentados pelos partidos políticos, no período da campanha eleitoral.

Há 42 anos em Angola a exercer a actividade sacerdotal, o responsável da paróquia Sagrado Coração de Jesus, de

nacionalidade espanhola, defendeu que a Igreja tem a responsabilidade de indicar aos fiéis as vantagens que o povo angolano terá com a realização das eleições legislativas, marcadas para 5 de Setembro, assim como a necessidade de se respeitar a diferença.

"As eleições sempre abrem portas para uma nova realidade política e social do País", disse o padre, sublinhando que mesmo com todas as acções de formação sobre eleições, entre palestras e seminários, as pessoas ainda precisam de mais preparação, que só será atingida com mais algum tempo de democracia. ■

CICA:



Eleições no momento certo

A convocação das eleições surge no momento certo e vem dar resposta a todo um trabalho que se vem desenvolvendo, nomeadamente a sensibilização para votar e se entender as eleições, não como sinónimo de guerra, mas como o exercício de direito fundamental na vida em sociedade. Este é, em suma o pensamento do secretário-geral do Conselho das Igrejas Cristãs em Angola (CICA), reverendo Luís Nguimbi, sobre a convocação das

eleições. O responsável do CICA defendeu que o bom sucesso das eleições depende dos discursos e atitudes dos políticos. "Se optarem por discursos inflamados com certeza isso frustrará o eleitorado e podem esvaziar todo o trabalho feito até ao momento", disse, referindo-se às acções de formação e às campanhas desenvolvidas pelas igrejas e organizações da sociedade civil no sentido de sensibilizarem a população sobre as vantagens do pleito eleitoral. ■

Dia de África em Portugal

Embaixador de Angola destaca unidade africana

O decano do Grupo Africano de Embaixadores Acreditados em Portugal, Assunção dos Anjos, considerou que apesar de não ter conseguido evitar os inúmeros conflitos que assolam África, a União Africana mantém a imagem de unidade do continente.

No seu discurso distribuído à imprensa a margem da abertura de um colóquio “África-Europa: Os Acordos de Parceira Económica – Que Perspectivas?”, promovido pelo Grupo Embaixadores Africanos Acreditados em Portugal, comemorativo do Dia de África (25 de Maio), Assunção dos Anjos destacou o papel que teve a Organização de Unidade Africana (OUA) na história da descolonização do continente, como grupo de pressão junto da comunidade internacional e no apoio directo aos movimentos

de libertação, através do seu Comité Coordenador da Libertação. Fazendo um histórico dos acontecimentos em África, Assunção dos Anjos recordou que o continente se viu confrontado com uma série de conflitos fronteiriços, resolvidos através do espírito de unidade. “A OUA não abdicou das suas preocupações económicas e social e encetou os primeiros passos tendentes a harmonização dos programas de desenvolvimento do continente e impulsionou a integração sub-regional, visando à auto-suficiência



alimentar e o crescimento auto-centrado de todo o espaço do continente”, referiu Assunção dos Anjos, para quem, apesar das dificuldades que o continente enfrenta, “África tem procurado adequar-se à modernidade, aos princípios da convergência e vivências democráticas e da globalização, necessários para um desenvolvimento sustentável”.

Angola aposta na inovação

O chefe da diplomacia do País em Portugal referiu que o mesmo tem vindo a adequar-se aos novos modelos de desenvolvimento, através da globalização e integração regional, apostando em áreas como as do conhecimento, ciência e inovação. A conjugação de esforços tendentes a erradicação das várias endemias e pandemias, como o HIV/SIDA, o combate a pobreza, a melhoria das condições sociais dos cidadãos, apoio à pacificação do continente, a adopção de me-

didadas para se evitar as crescentes alterações e variações climáticas, bem como na estabilidade político-militar, crescimento económico e o estabelecimento da normalidade democrática, foram também referenciadas pelo embaixador. “O posicionamento, a competitividade e a divergência face à média mundial são pontos para os quais importa ter sensibilidade, não para que nos indiquem causas e soluções directas, mas tão-somente para saber onde estamos e para onde quere-



mos ir”, adiantou. Segundo Assunção dos Anjos, o fenómeno da globalização intensifica a concorrência entre as economias a cada dia que passa, colocando desafios a muitas regiões como um todo. Asseverou que os problemas que afligem o continente africano não são apenas o produto das relações injustas entre o Norte e o Sul, sendo que “África continua a ser o parente pobre num mercado cada vez mais abrangente e competitivo”.

Continua na pág. seguinte >>>



Luís Amado: Convenção de Cotonou exprime modelo neo-colonial europeu

Durante o colóquio “Os Acordos de Parceira Económica – Que Perspectivas?”, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, reconheceu mesmo que “a Convenção de Cotonou exprime o modelo neo-colonial europeu, que impõe uma visão estratégica para o desenvolvimento do continente africano”. Luís Amado criticou ainda o facto de as negociações de Cotonou estarem condicionadas

por uma visão de modelo eurocentrista de desenvolvimento africano. À frente da equipa europeia que em 2000 negociou os acordos de Cotonou, que têm vindo a regular as relações económicas e comerciais entre a Europa e os países do grupo África, Caraíbas e Pacífico (ACP), Luís Amado destacou que a história das relações entre os dois continentes está marcada por dois momentos, nomeadamente, a Conferência de Berlim, evento que marcou a divisão de África, pelos europeus, e a Cimeira de Lisboa, realizada em Dezembro do ano passado, onde, segundo Luís Amado, os africanos ficaram assumidos “como iguais” pelos europeus. “É importante perceber que a cimeira de Lisboa marca uma mu-

dança de relacionamento onde, pela primeira vez, os africanos dizem o que querem”, reforçou ainda o chefe da diplomacia lusa. Durante o debate, em que intervieram vários participantes, o director do Instituto dos Estudos Estratégicos e Relações Internacionais português, Jorge Cardoso, apontou o recurso à China, por parte dos países africanos, como um dos motivos que inviabilizam a conclusão das negociações dos Acordos de Parceria Económica. Já para os africanos, os termos de referência dos acordos de parceria económica e comercial, tal como foram negociados, é incompatível com a actual realidade contextual africana, disse. Entre os oradores estiveram também, além do decano do

Grupo Africano de Embaixadores acreditados em Portugal, o embaixador angolano Assunção dos Anjos, o representante da União Africana junto da União Europeia, Mahamat Saleh Annadif e o professor português Jorge Braga de Macedo. Este ciclo de colóquios sobre África tem servido de plataforma para a discussão e reflexão dos grandes problemas e perspectivas do continente africano. Este foi o terceiro debate do género organizado pelo Grupo Africano de Embaixadores Acreditados em Portugal, depois do debate “África-Europa: Um Novo Diálogo Perante os Desafios do Futuro”, em 2006, e no ano seguinte (2007), organizar “África: Parcerias Para o Desenvolvimento”.

Dia de África em Portugal

>>> Continuação da pág. anterior



Renegociar Cotonou

Numa altura em que África batalha para que a renegociação do Acordo de Cotonou, através dos novos Acordos de Parceria Económica (APE), tem sido tema para vários debates, o Embaixador de Angola em Portugal é de opinião que a mesma é uma nova ferramenta para o desenvolvimento e o combate à pobreza.

“O comércio livre só é justo e funciona como alavanca para o desenvolvimento, se existir equilíbrio entre as partes e este é o factor esquecido pelos negociadores europeus, pelo que a parceria estratégica deve implicar uma real vontade política, que consiste na criação de novos instrumentos e novos recursos, para acompanhar verdadeiramente os processos de integração continental



Representante da UA junto da União Europeia e o Embaixador de Angola.

definidos pelos próprios africanos”, disse. Por isso, para que haja um verdadeiro equilíbrio, defendeu uma parceria estratégica que respeite o ritmo e os objectivos de cada um e dê tempo necessário para a maturidade das instituições.

No colóquio participaram ainda, o ministro português dos Negócios Estrangeiros Luís Amado, o representante da União Africana junto da União Europeia, o embaixador Mahamat Saleh Annadif, o representante do Instituto dos Estudos Estratégicos e Relações Internacionais de Portugal, Jorge Fernando Cardoso, o professor Braga de Macedo, a consultora internacional Ana Santana, a representante da União Europeia Margarida Marques,



A animação cultural esteve a cargo dos Jovens do Hungo, de Angola.

o deputado a Assembleia portuguesa, Victor Ramalho e do jornalista Carlos Rosado.

O Dia de África foi assinalado em Portugal com várias outras iniciativas organizadas pelas associações de

africanos residentes no país e com uma recepção oficial do Grupo Africano de Embaixadores, que contou com a presença de mais de seis centenas de convidados, tendo decanado a mensagem do presidente da Comissão Africana, Jean Ping. ■

Mensagem de Jean Ping

O Presidente da Comissão da União Africana, Jean Ping, ex-ministro gabonês dos Negócios Estrangeiros, instou os países africanos a reforçar as capacidades do continente para melhor fazer face às catástrofes ligadas à deterioração das infra-estruturas hídricas e de saneamento básico. Nesta mensagem, que foi lida também em Lisboa pelo Embaixador Assunção dos Anjos,



Jean Ping declarou que o continente precisa de maiores capacidades para conter tais catástrofes e evitar as doenças de origem hídrica, sobretudo o paludismo. “É

imperioso que os Estados membros da União Africana formulem e apliquem políticas e quadros jurídicos que permitam garantir uma gestão duradoura do ambiente e melhorar a qualidade da água e do saneamento no continente”, disse Ping na mensagem, exortando ainda os países africanos a integrar as questões ambientais no seu processo de planificação com a concessão de

recursos financeiros e humanos suficientes, prometendo o apoio da Comissão da UA e do Secretariado da NEPAD nestes esforços. Na celebração decorrida sob o lema “Atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) ligados à água e ao saneamento”, a Comissão reconheceu o fardo que representa a morbilidade crescente que ela atribui à degradação do ambiente, à

extrema pobreza e a problemas ligados à higiene. O responsável da Comissão da UA expressou a sua preocupação relativa às pessoas confrontadas com a penúria da água e os problemas de saneamento e a subida e o acesso aos cuidados de saúde. Ele manifestou a determinação constante da Comissão em defender a gestão duradoura do ambiente em África graças à adopção e à aplicação de políticas ambientais apropriadas no continente.

Jurista **Rui Ferreira** é o presidente

Tribunal Constitucional já funciona

A vice-ministra da Justiça, Guilhermina Prata, disse que já existe um ambiente jurídico-legal para a entrada em funcionamento do Tribunal Constitucional, depois da aprovação das propostas de Lei Orgânica do Tribunal Constitucional e de Lei Orgânica do Processo Constitucional pelo governo.

O Tribunal Constitucional é composto por sete juízes indicados entre juristas e magistrados, dos quais três pelo Chefe de Estado (incluindo o presidente), igual número pela Assembleia Nacional, e um pelo plenário do Tribunal Supremo. Deste modo, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, designou para o cargo de presidente do Tribunal Constitucional, o jurista Rui Constantino da Cruz Ferreira, enquanto que para juízes conselheiros da mesma instância, foram nomeados Efigénia dos Santos Lima Cle-

mente e Onofre António Martins dos Santos. Para integrar o mesmo órgão jurisdicional, o plenário do Tribunal Supremo indicou o juiz Miguel Correia e a Assembleia Nacional elegeu os juristas Agostinho António Santos, Luzia de Almeida Sebastião e Maria Imaculada da Conceição Melo. Ao novo órgão jurisdicional compete, em geral, administrar a justiça em matéria jurídico-constitucional. As decisões do Tribunal Constitucional são obrigatórias para todas as entidades públicas e privadas e prevalecem sobre as dos restantes tribunais,

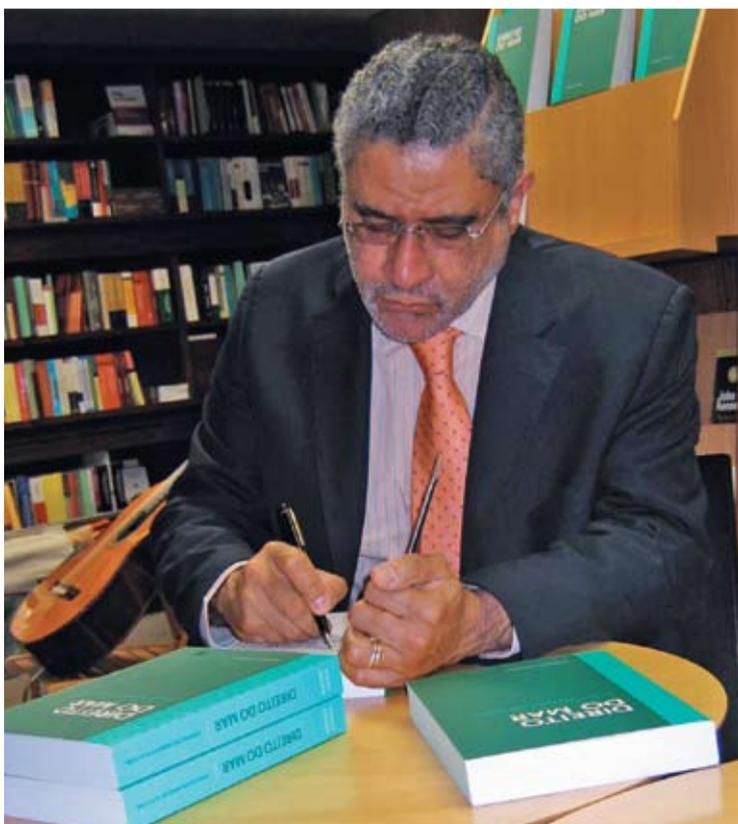
incluindo o Tribunal Supremo, e de quaisquer outras entidades. Entre as suas competências, constam ainda funções como as de apreciar a inconstitucionalidade de normas sujeitas à promulgação do Presidente da República (lei, decreto-lei, decreto ou tratado internacional) e a de verificar o não cumprimento da Lei Constitucional. Compete igualmente ao Tribunal Constitucional a apreciação em recurso a constitucionalidade de todas as decisões dos demais tribunais que recusem a aplicação de qualquer norma com fundamen-

to na sua inconstitucionalidade e a constitucionalidade de todas as decisões dos demais tribunais que apliquem norma cuja constitucionalidade haja sido suscitada durante o processo. O mandato do Tribunal Constitucional é de sete anos não renováveis. A vice-ministra da Justiça, Guilhermina Prata, havia esclarecido ainda que com a instituição do Tribunal Constitucional os processos em curso no Tribunal Supremo passam para o Tribunal Constitucional em prazos e formas a acordar entre os presidentes de ambos tribunais. ■

João Miranda decano dos ministros da SADC

O ministro angolano das Relações Exteriores, João de Miranda (na foto), tornou-se agora no novo decano dos ministros da Comunidade de Desenvolvimento de Estados da África Austral (SADC), em substituição de Mompoti S. Merafhe, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional do Botswana, que ascendeu ao cargo de vice-presidente

do seu país. Recentemente, na cidade egípcia de Sharm El Sheik, sob organização de Angola, realizou-se um encontro preparatório da SADC para concertação da sua posição sobre os assuntos então discutidos na décima primeira sessão ordinária da Conferência de Chefes de Estados da União Africana (UA), realizada nesta cidade. ■



Especialista Joaquim Marques de Oliveira

Angola no Conselho Internacional dos Fundos Marinhos

Angola foi eleita, recentemente, em Kingston (Jamaica), membro do Conselho da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, para um mandato de quatro anos, que se inicia em Janeiro de 2009, durante a décima quarta sessão da assembleia desta instituição. A delegação angolana foi chefiada pelo ministro conselheiro, consultor do ministro das Relações Exteriores e especialista em Direito do Mar, Joaquim Marques de Oliveira. A delegação foi ainda integrada pelo conselheiro Álvaro Cambire. Joaquim Marques de Oliveira considerou que o feito vem concretizar um dos importantes desafios que se coloca à política externa e à diplomacia angolana, que é o de promover a defesa dos interesses, prestígio e da sua

imagem do País junto da comunidade internacional. A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos foi constituída a 16 de Novembro de 1994, com a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982. Em conformidade com a Parte XI da Convenção e o Acordo de 28 de Julho de 1994 para a sua implementação, a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos é a organização através da qual os seus Estados administram os recursos existentes no leito e no subsolo do mar, para além dos limites das jurisdições nacionais. Este organismo conta com 155 membros (mais a União Europeia), enquanto que o seu Conselho, na qualidade de órgão executivo, é composto por 36 membros. ■

Consulado Geral em Lisboa lança "Vistos On-Line"

O Consulado Geral de Angola em Lisboa anunciou que colocará, proximamente, em circulação um sistema de concessão de vistos On-Line, visando a agilização dos processos e a sua simplificação administrativa.

Exclusivamente destinado, numa primeira fase, à empresas que actuam em Angola e em Portugal, o projecto pretende também dotar de uma maior transparência e rapidez na emissão de vistos, segundo a Cônsul-geral de Angola em Lisboa, Cecília Baptista, durante a apresentação dos pormenores relativos ao protocolo de adesão para utilização do referido serviço.

O projecto "Vistos On-Line", que permitirá dotar as empresas de ferramenta de trabalho interactiva com o Consulado Geral de Angola em Lisboa, vai ainda, entre outras funções, permitir o envio de documentos necessários, com respectivo controlo de entrega individual, simplificando as tarefas administrativas do Consulado.

Em acto assistido pelo ministro-conselheiro da Embaixada de Angola Portugal, Rui Xavier, em representação do embaixador Assunção dos Anjos, e por vários empresários lusos, Cecília Baptista considerou o projecto "Vistos On-Line" um ganho para o País no caminho para a modernização e desburocratização dos serviços.

O projecto "Vistos On-Line", cujo endereço é vistosonline@consuladogeral-angola.pt, conta com a parceria da empresa "Step Ahead".

Segundo ainda Cecília Baptista, para quem Angola vai crescer muito, sendo para isso fundamental a inovação e conhecimento, o Consulado Geral de Angola em Lisboa vai inaugurar, nos próximos dias, o seu



Conversa amena entre a cônsul e um empresário português.

novo sistema de marcação prévia de actos consulares.

Objectivos do programa

Dotar as empresas de uma ferramenta de trabalho interactiva com o Consulado Geral de Angola em Lisboa; permitir a elaboração de um protocolo com empresas no processo "Vistos On-Line" (entregue de "Username" e "Password" aquando da assinatura); permitir o envio dos documentos necessários, com respectivo controlo de entrega individual, simplificando as tarefas administrativas do Consulado; permitir a inserção da "Carta de Chamada",



A Cônsul geral de Angola em Lisboa durante a apresentação do projecto.

simplificando o processo de recepção, bem como o seu controlo e inserindo-a no respectivo processo digital; envio de "Recibo" de entrega provisória do processo; informação via website, com actualização em tempo real do "estado" dos pedidos, permitindo assim às empresas um maior controlo; canal de recepção de processos "Vistos On-Line" próprio, evitando o atendimento geral; entrega de recibo comprovativo do respectivo pagamento do serviço.

Estratégia

Agilização dos processos às empresas, simplificação administrativa, aumento da produção e maior transparência no processo em causa. ■



Os ganhos macroeconómicos

A paz trouxe ganhos importantes do ponto de vista da gestão macroeconómica do País, visto que permitiu criar condições para o bem-estar das populações, segundo o ministro angolano das Finanças, José Pedro de Moraes (na foto), para quem o balanço é francamente positivo, em função dos níveis "extremamente elevados de crescimento" do Produto Interno Bruto no sector petrolífero e também fora do ramo mineiro. Nos últimos anos, fruto da paz efectiva alcançada em Abril de 2002, a moeda nacional (Kwanza) valorizou-se em mais de 50 por cento.



Em entrevista à Rádio Nacional de Angola (RNA), a propósito dos seis anos de paz assinalado em todo o País, o ministro disse que antes de 2002, a moeda nacional desvalorizava-se permanentemente face ao dólar americano, mas hoje o kwanza é uma moeda completamente estável que pode servir de meio de poupança para a população. Fruto da paz e das medidas macroeconómicas adoptadas pelo Governo, explicou, em seis anos conseguiu-se baixar a taxa de inflação de 106 em 2002, para 11 por cento em finais de 2007. Segundo o ministro, em 2002, quando o País alcançou a paz, as contas do Governo apresentavam um défice, em 1997 apresentavam um superávit, pelo terceiro ano consecutivo. Do ponto de vista da

gestão económica do País, ao longo destes anos foi necessário fazer o reassentamento de mais de quatro milhões de pessoas, actividade que exigiu grandes esforços em termos logísticos, para que as pessoas pudessem retomar a vida normal. Relativamente à influência da conjuntura do mercado internacional no crescimento da economia do País, o ministro disse que a variação do preço do barril do petróleo (principal produto de exportação de Angola) tem sido favorável ao longo dos últimos seis anos à economia nacional. Recordou que se registou também aumentos significativos na produção de petróleo, permitindo, deste modo, estabilizar as receitas do Governo, só possíveis se o regime fiscal for conduzido ao encorajamento do investi-

mento estrangeiro. E foi exactamente isso que o Governo fez, ao criar um regime fiscal que permitiu aos investidores estrangeiros, que trabalham com a Sonangol, desenvolver vários campos petrolíferos. Para ele, não é apenas o sector petrolífero o único responsável pelo crescimento económico que se está a registar no País, pois o ramo não-mineral também tem estado a registar ganhos muito consideráveis de produção. Pedro de Moraes disse que em todo o País há um retomar da actividade agrícola, desde a pequena produção camponesa até a grande produção empresarial, na medida em que as infra-estruturas de serviços e estradas vão sendo construídas em todo o território, permitindo a criação de condições para o aumento

da produção nacional, e permitir a ligação entre os diferentes sectores de produção e os centros de consumo. O ministro afirmou que um dos pontos fortes da economia nacional é o entusiasmo da sua população, a capacidade de criação e a força de vontade, engajando-se nos programas que vêm sendo implementados pelo Governo, nas diferentes áreas que permitem oferecer, a quem visite o País, uma imagem completamente diferente de há seis anos. Salientou que a paz trouxe também benefícios ao sector social, pelo facto da população escolar actual ser o triplo da de 2002, graças a possibilidade que se deu às populações em termos de segurança e também pelo facto de terem sido construídas muitas escolas em várias regiões do País. ■

Conferência sobre Transportes Aéreos, em Lisboa

Angola investe mais de 400 milhões na reabilitação de aeroportos



Administrador da Enana, Celso Rosas.

Falando à margem de uma Conferência Internacional sobre Transportes Aéreo, Aeroportos, Navegação Aérea e Globalização das Economias, realizada no final de Maio, em Lisboa, Celso Rosas garantiu que com o investimento a ser feito, os aeroportos do País estarão em altura dos desafios actuais. Realçou que o projecto de reabilitação dos aeroportos do Huambo, de Benguela, de Cabinda, Lubango, Luena, Kuito, Saurimo e

O governo angolano vai aplicar mais de 400 milhões de dólares para a reabilitação dos aeroportos do País até 2010, segundo o administrador da Empresa Nacional de Navegação Aérea de Angola (Enana), Celso Rosas.

Dundo, dará uma outra realidade ao País, tendo em conta o Campeonato Africano das Nações - CAN/2010, assim como outros futuros desafios da globalização. "Devido a guerra, alguns aeroportos tiveram mudanças profundas. Em algumas localidades surgiram praticamente novos aeroportos, e a reabilitação a ser feita vai incidir sobre as infra-estruturas e as aéreas de movimento", disse Celso Rosas. O investimento, acrescentou, será feito também nos equipamentos de apoio à navegação aérea, por entendermos que o aeroporto é um todo e como tal deve ser dotado de todas as condições técnicas, humanas e ambientais para a sua integral operacionalidade. Sobre a construção do novo aeroporto internacional de Luanda, Celso Rosas, que durante a Conferência presidiu a sessão sobre "A perspectiva, há 10 anos, do aeroporto de Atlanta (Estados Unidos)", considerou uma excelente medida, tendo em con-



À direita, administradora da TAAG, Efigénia Martins.

ta que as infra-estruturas aeroportuárias do actual aeroporto "4 de Fevereiro" estão praticamente obsoletas. "Elas têm mais de 50 anos de existência e não suportam a demanda do mercado, razão pela qual o governo angolano decidiu inteligentemente por um novo ae-

roporto", disse, adiantando estarem em curso uma série de acções para que as obras do novo aeroporto de Luanda decorram com a maior tranquilidade possível. Questionado sobre as expectativas com o novo aeroporto, o administrador da Enana regozijou-se com o facto de se estar a trabalhar na previsão de o mesmo ser um projecto elaborado, tal como recomendam as normas internacionais do direito aéreo. "Este novo aeroporto será moderno e vai respeitar as regras que ditam as organizações internacionais, funcionando ainda numa óptica de desenvolvimento e dentro daquilo que é hoje conhecido no âmbito da globalização da economia", reforçou. A Conferência Internacional sobre Transportes Aéreo, Aeroportos, Navegação Aérea e Globalização das Economias contou com a participação de vários países, incluindo lusófonos, e se debruçou, entre outros, sobre a segurança aérea, preservação do meio ambiente, turismo e transportes aéreos, assim como as fusões em companhias aéreas e novos modelos de gestão aeroportuária. Além da Enana, Angola esteve também representada pela TAAG, através da sua administradora, Efigénia Martins. ■



Alguns dos integrantes da delegação da ENANA no encontro.

Cresce investimento chinês em Angola

O investimento de empresas chinesas em Angola passou de onze, em 2006, para 37 milhões de dólares, em 2007, correspondendo a um aumento de 252 por cento, segundo o presidente da Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), Carlos Fernandes.



Numa recente conferência, em Luanda, dedicada à cooperação com a China, Carlos Fernandes disse que o número de empresas privadas chinesas em território angolano cresceu 93 por cento de 2006 a 2007, correspondendo a 31 companhias.

“Tanto nas empreitadas públicas, tanto no sector privado, a cooperação entre Angola e China tem estado a crescer de forma razoável, e este facto é importante para o mercado angolano, na medida em que, se esse crescimento se mantém, é sinal evidente de que as condições contratuais com o país asiático são extremamente competitivas relativamente aos outros países e empresas”, disse.

De acordo com o presidente da ANIP, o financiamento chinês é disponibilizado para execução de obras ligadas à reconstrução de infra-estruturas, mas “o que está acontecer é que parte das empresas chinesas que terminam as empreitadas acabam por fixar-se no País, porque Angola tem um ambiente para o investimento extremamente favorável, consubstanciado na estabilidade política, social, macroeconómica e nas perspectivas de crescimento económico”, disse, para quem é natural que estas empresas manifestem o interesse em trabalhar no mercado angolano.

Numa altura em que as autoridades angolanas precisavam de recursos financeiros da comunidade internacional, Carlos Fernandes adianta que a China procurou cooperar com Angola de modo inteligente, porque enquanto os outros países exigiam pré-condições que limitavam o desenvolvimento de Angola, e dos países do terceiro mundo em geral, o país asiático sempre compreendeu que não tinha o direito de impor quaisquer condições para disponibilizar financiamentos.

Angola prevê o incremento dos investimentos e das relações comerciais com a China, nos próximos tempos,

em função do aumento de assistência tecnológica, decorrente da interacção entre os dois países.

Tendo em conta as perspectivas de crescimento económico, o comércio entre os dois países tende a expandir-se cada vez mais de forma independente. Neste particular, Angola acha que o sector privado constitui o motor do crescimento das relações económicas entre a China e a África, ao invés das agências governamentais ou dos ministérios de cada estado envolvido.

Energia consome mais

A linha de crédito que a China disponibilizou a Angola, em 2004, no valor de dois biliões de dólares, beneficiou,



sobretudo, os sectores de Energia e Águas, bem como o da Educação, que beneficiaram de 18 e 20 por cento do valor global da primeira transferência.

“O financiamento da linha de crédito foi benéfico para a economia angolana, na medida em que além da Energia e Águas e Educação, foram também beneficiados os sectores das Obras Públicas com 14 por cento, assim como as Telecomunicações e Pescas, com 13 cada”, disse o ministro das Finanças, José Pedro de Moraes.

Os sectores das Saúde e da Agricultura foram também contemplados com 12 e 10 por cento do mesmo valor, respectivamente. Porém, em 2007 foi negociada uma outra linha de crédito avaliada em 500 milhões

de dólares, cujos benefícios recaíram sobre o sector de Saúde, com 31 por cento, Educação (28), assim como para as telecomunicações, com 13 por cento.

As Obras Públicas beneficiaram de 11 por cento e a Energia e Águas dez por cento, enquanto as Pescas consumiram oito por cento do valor do reforço do primeiro financiamento. Em 2007 foi negociada uma segunda linha de crédito no valor de dois biliões de dólares, ainda sem qualquer desembolso, por estar em curso a definição de áreas e sectores beneficentes.

Aumenta petróleo para China

Em contrapartida, as exportações de petróleo de Angola para a China subiram para 28 por cento, reforçando a posição do País entre os principais fornecedores da economia mundial em maior crescimento. Em termos de relações comerciais com a China em África, Angola já é o segundo colocado, depois da África do Sul.

Recentes dados da Administração Geral das Alfândegas da China indicam que, em Julho último, Angola era o segundo maior fornecedor de petróleo para a China, com o nível de importações em 2,2 milhões de toneladas.

A cifra, quase um terço acima do registado em igual período do ano passado, equivale a perto de 519 mil barris diários. A subida ficou abaixo do nível de aumento geral das importações chinesas de petróleo, em 39 por cento, em Julho, atingindo 14,83 milhões de toneladas.

Desde o início do ano em curso, o aumento é de 15 por cento, para 96,37 milhões de toneladas. Naquele período, o principal exportador foi a Arábia Saudita, maior produtor mundial de petróleo, com 2,33 milhões de toneladas, ou 548 mil barris diários.

Entre os principais destinos das importações chinesas estiveram ainda Omã, Rússia e Irão. Nos últimos cinco anos, as importações de petróleo triplicaram



na China, uma vez que a produção dos campos petrolíferos chineses não é suficiente para fazer face ao significativo aumento da procura.

As exportações de petróleo de Angola atingiram os 29.928.600 mil dólares durante o ano passado, um aumento de 32,5 por cento em relação a 2005. O valor resulta de uma remessa de 487,8 milhões de barris, a um preço médio de 61,4 dólares por barril.

Fonte do Banco Nacional de Angola adianta que entre 2002 e 2006 as exportações de petróleo aumentaram quatro vezes. Naquele ano, o País registou vendas de apenas 7.538.700 mil dólares.

O país que mais compra de Angola continua a ser os Estados Unidos, que no ano passado recebeu o equivalente a 9.403.000 mil dólares (31,4 por cento do total), seguida da China com 8.996.800 mil dólares, mais 1,4 bilião de dólares que as vendas totais de 2002.

Apesar da supremacia dos Estados Unidos, merece destaque a evolução das remessas para a China desde 2002, altura da assinatura da paz definitiva para Angola. O valor aumentou quase sete vezes, contra uma evolução de apenas três vezes e meia registada nas vendas para os Estados Unidos.

Esta realidade pode ter resposta no aprofundamento das relações comerciais entre os dois países. Nos últimos três anos, a China concedeu empréstimos de 4,4 biliões de dólares.

Negociado com taxas de juro bonificado e com prazos de carência dilatados, o dinheiro tem permitido a reabilitação de infra-estruturas necessárias para o relançamento da economia, de acordo com explicações do governo.

Já a China, o país mais populoso do mundo, busca novos mercados para os seus produtos (incluindo serviços) e outras fontes de aquisição de petróleo para fazer face às necessidades energéticas. ■

Financiamentos do BDA atingem 300 milhões de dólares

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) pretende atingir, até ao final do ano em curso, 300 milhões de dólares em projectos a serem financiados no País, segundo o presidente do Conselho de Administração daquela instituição, Paixão Franco, para quem, em função dos projectos preparados, com viabilidade e operacionalidade comprovada, em determinadas regiões do País, o BDA poderá facilmente duplicar as suas actividades e atingir tal valor monetário até Dezembro. A meta do BDA para este ano é "bastante animadora", estando a prepara-se para actuar em zonas onde a banca e o sector privado tenham dificuldades em investir. "Estamos a projectar empresas âncora no ramo da avicultura para serem financiadas e produzirem pintos e galinhas para serem abatidas e vendidas a empresas, permitindo às famílias uma renda e

às empresas maiores possibilidades de rendimentos", disse Paixão Franco, adiantando que a instituição está a priorizar o modelo de projectos padronizados de modo a permitir aos empresários os conhecimentos devidos sobre o tipo de equipamento necessário para actuar em determinadas quantidades de hectares. Em todos os sectores, disse, poder-se-á alcançar um bom investimento, embora estejam a pensar mais na disseminação de projectos na área de pecuária, avicultura, hotelaria, produção de cereais, exploração madeireira e de mel, em todo território nacional. Paixão Franco disse também ser importante continuar-se a relançar a produção do sal, desenvolver a indústria de materiais de construção e potenciar novas empresas de construção civil, por proporcionar muitos postos de trabalho e dinamizarem outras actividades. ■

Sonangol anuncia nova descoberta de petróleo



A Sonangol e a ENI – empresa italiana de exploração petrolífera, anunciaram a descoberta de crude em águas profundas do bloco 15/06, na zona marítima de Angola. De acordo com um comunicado da Sonangol, o poço, designado Sango-1, foi sondado em Abril deste ano a uma profun-

didade de água de mil e 349 metros e atingiu a profundidade total de três mil e 343 metros. A nota informa ainda que no poço foi encontrada uma zona produtiva de hidrocarbonetos com 127 metros nas areias Mioceno, com alta permeabilidade. O poço foi testado e produziu petróleo acima de trinta graus de densidade API, com débitos comerciais superiores ao previsto. O poço Sango-1 é o primeiro perfurado no Bloco 15/06, a cerca de 350 quilómetros a Norte de Luanda, e será seguido de outros poços de pesquisa em estruturas vizinhas com significativo potencial e perspectiva de um desenvolvimento, sinérgico na área oeste do bloco. A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola é concessionária e a ENI Angola SPA actua na qualidade de operador do Bloco 15/06. ■

SADC quer programas de melhoria de infra-estruturas

O secretário executivo da SADC, o moçambicano Tomás Salomão, afirmou recentemente, em Luanda, que o combate à fome e à pobreza na região passa, fundamentalmente, pela existência de infra-estruturas de qualidade, o que tornaria as suas economias mais competitivas. Em entrevista à imprensa angolana, à margem da reunião do Comité Inter-Estatal de Defesa e Segurança da SADC, advoçou a necessidade da aplicação, sem ambiguidades, de programas dirigidos à erradicação de tais fenómenos. Apontou, entre outras, áreas como o sector energético, que poderá acelerar a transforma-

ção dos produtos; a construção de estradas, pontes e vias ferroviárias, que contribuem para facilitar a circulação e o acesso dentro da região e do continente, possibilitando que os produtores atinjam os vários mercados. Para Tomás Salomão, com os recursos humanos, hídricos e naturais existentes nos estados membros da SADC deveria possibilitar-se maior e mais desfrute às populações. O diplomata moçambicano sublinhou que os desafios actualmente impostos à comunidade poderão ser resolvidos com o fomento do emprego e a melhoria da qualidade de vida das populações. ■

Chevron investe 1,94 mil milhões de euros no Bloco 14

A petrolífera norte-americana Chevron vai investir três mil milhões de dólares (1,94 mil milhões de euros) no desenvolvimento do projecto Tombua Landana, no Bloco 14 do "offshore" angolano. O projecto angolano insere-se num investimento global de 20 mil milhões de dólares (12,98 mil milhões de euros), ao longo dos próximos cinco anos, para fazer face ao aumento da procura global de petróleo e gás estimulando a produção em África, sobretudo em Angola e na Nigéria, afirmou o vice-presidente da petrolífera. Peter Robertson, que falava à imprensa na Tanzânia, adiantou que Tombua Landana deverá produzir perto de 125 mil barris de petróleo

por dia, na fase de arranque. O investimento previsto para os próximos cinco anos é superior em 30 por cento ao realizado pela Chevron entre 2003 e 2008, adiantou. Na Nigéria, serão aplicados cinco mil milhões de dólares numa refinaria de diesel em Escravos, Delta do Niger, até 2012. A produção petrolífera de Angola foi a maior do continente africano no mês de Abril, superando a da Nigéria, afectada por ataques a instalações petrolíferas, segundo dados da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A OPEP indica que, em Abril, Angola produziu em média 1,873 milhão de barris de petróleo, mais 55 mil do que a Nigéria. ■

Angola vai produzir biocombustível

A Statoil Hydro em Angola vai apostar na produção de biocombustível e energia eólica no offshore, em parceria com a Sonangol. A implementação do projecto de produção de novas energias ocorrerá logo que estiver criado, no País, um quadro legal que permita o exercício da actividade. Segundo Lukoki Sebastião, vice-presidente da Statoil Hydro, a visão da empresa passa por se tornar num fornecedor importante de biocombustíveis com uma posição global a nível da produção e comercialização. "Estamos prontos a firmar posições e competências através da produção de matéria-prima, em projectos de produção de primeira geração e a ganhar vantagem competitiva a longo prazo através de tecnologia da próxima geração", disse. Em Angola, a Statoil Hydro exerce actividade de exploração de petróleo nos blocos 15 e 17, sendo a maior empresa não-operadora e está entre as sete mais importantes com-

panhias produtoras de petróleo no País, incluindo a Sonangol. A empresa norueguesa presta também assistência técnica a projectos da Sonangol Pesquisa e Produção nos blocos 34 e 4/05, cuja fase de produção terá o início no segundo semestre de 2008, naquele que será o primeiro projecto de desenvolvimento de um campo em offshore da SonangolP&P. ■



BNI abre 48 novas agências

O Banco de Negócios Internacional (BNI) vai abrir, durante o ano 2008, 48 novas agências em todo o País, com o fito de propiciar um atendimento diferenciado, com conforto, segurança e maior comodidade. A decisão saiu de uma reunião da Assembleia-geral do BNI, realizada em Luanda. Em consequência deste crescimento do banco, houve um aumento do capital próprio para 70 milhões de dólares americanos contra os 20 milhões iniciais. E ao nível da sua contabilidade, há ainda a assinalar uma rentabilidade de fundos próprios (ROE) na ordem dos 72 por cento, e uma rendibilidade do Activo Total (ROA) de 3,54 por cento. O BNI actuará como agente financeiro e como colocador exclusivo das quotas do Fundo de Investimento Imobiliário junto do mercado angolano. Este fundo foi constituído com um valor global de 30 milhões de dólares, num prazo de aplicação na ordem dos 18 meses. No encontro, no qual o BNI mostrou-se satisfeito com o desempenho da instituição,

um ano após a sua entrada em efectivo funcionamento, aprovou-se igualmente alguns projectos para os próximos tempos, com destaque para a sua internacionalização, graças ao arranque de operações plenas em mercados como a China, a América Latina e os Países Africanos de Expressão Portuguesa. Proximamente, o BNI irá proceder ao lançamento dos seus cartões de pagamentos internacionais, nas redes Visa e Mastercard ■



Angola relança produção agro-industrial

A Direcção Nacional da Agro-Indústria tem à sua disposição vários pedidos de intenções de investimento no sub-sector açucareiro para a construção de complexos agro-industriais de produção de açúcar, álcool e energia, nas províncias do Zaire, Malanje e Uíge. O Ministério da Indústria tem em posse dois projectos ligados à produção de açúcar e álcool, nomeadamente a Sociedade de Álcool e Agricultura Limitada (Soal), empresa de direito angolano, constituída pela Companhia Industrial de Frutas de Angola (Cifal), com a participação da empresa espanhola, Alcohespa. Avaliado em 150 milhões de dólares norte-americanos, o futuro projecto vai permitir construir um complexo agro-industrial para a produção de álcool, através de massambala, prevendo produzir dois milhões de toneladas por ano. Segundo o responsável, desta quantidade, parte será utilizada na produção de álcool, outra para o consumo humano e uma terceira para ração animal. Quando for aprovado, o projecto, a ser implementado no vale do Loge, na província do Zaire, numa área aproximada de 30 mil hectares, proporcionará pelo menos 500 postos de trabalho.

O segundo projecto, denominado "Sugar And Bio-Energy", avaliado em 160 milhões de dólares, contempla a construção de uma indústria de açúcar e álcool em Malanje. A ser concretizado, o projecto vai ocupar uma área aproximadamente de 40 mil hectares, onde se prevê produzir, na primeira fase, 180 mil toneladas de açúcar por ano. A Sugar And Bio-Energy, uma parceria entre a empresa sul-africana "PGBI-Ltd" e a angolana, "Cielfil Agricultura Limitada", vai necessitar de 225 milhões de metros cúbicos de água/ano, para a irrigação da área. Pelas potencialidades agrícolas e pecuárias existentes no país, o Ministério da Indústria projecta igualmente, em parceria com a classe empresarial angolana, a construção de algumas unidades agro-industriais para alimentação, com destaque para as de processamento e transformação de hortofrutícolas, de descasque e embalagem de arroz, de conserva de peixe e transformação de mandioca e seus derivados. Figuram ainda neste leque a construção de agro-indústrias não alimentares, como fábricas de ração animal, de embalagem de cartão e plástico e de transformação de pele e chifre animal. ■

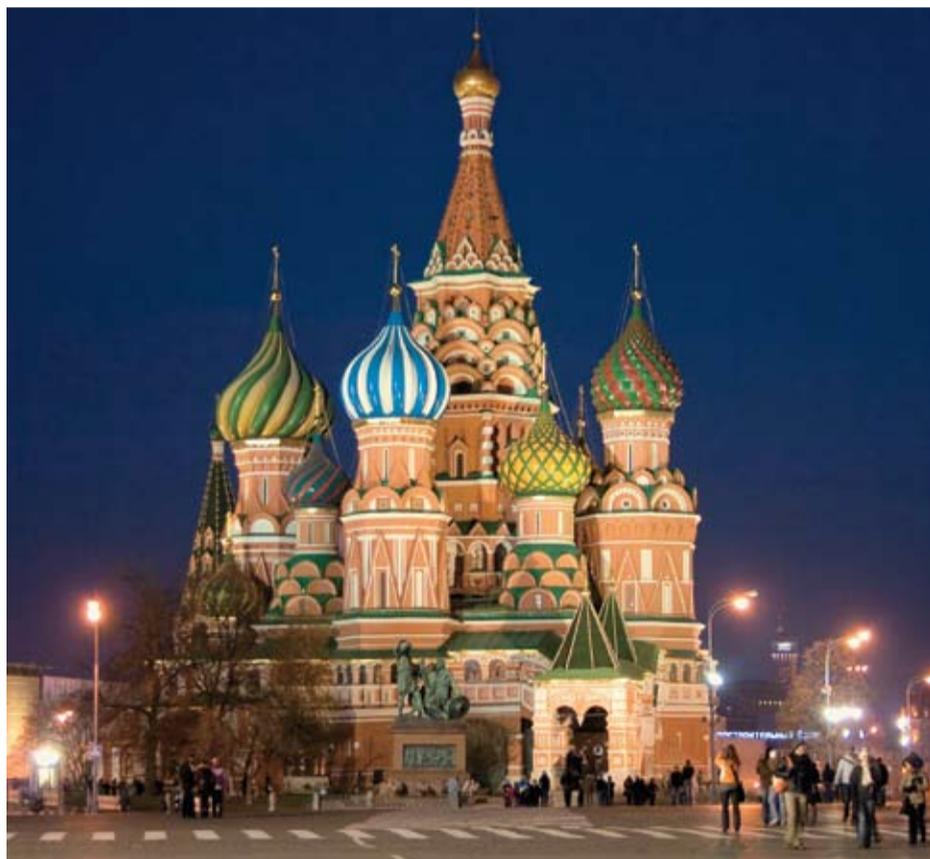


Governo oficializa atribuição de direitos mineiros



O governo oficializou, mediante publicação no Diário da República, de sete de Maio, o regulamento de atribuição de direitos mineiros sobre alguns minerais estratégicos. A resolução está inserida na I Série, número 83, do Diário da República. De acordo com o decreto, o investimento na exploração de ouro realizado por entidades privadas, nacionais e estrangeiras, está sujeito a autorização específica, nos termos

da lei das Actividades Geológicas e Mineiras, das legislações sobre o investimento privado e cambial. Refere que a concessão de direitos mineiros para a exploração de ouro realiza-se através de um contrato administrativo, aprovado pelo Conselho de Ministros. Quando houver lugar a uma investigação geológico-mineira prévia, o contrato deve ser celebrado em duas fases, sendo a primeira para o investimento no reconhecimento, prospecção, pesquisa e avaliação e a segunda para o investimento na fase da exploração, transformação e ou comercialização. A competência para aprovar os contratos de investimento para a fase de investigação geológico-mineira e de exploração pode ser delegada pelo Conselho de Ministros ao órgão de tutela se, terminada a etapa de prospecção, o investimento a realizar nos primeiros cinco anos de exploração se revelar igual ou inferior ao correspondente a 25 milhões de dólares. ■



Rússia reconhece desenvolvimento de Angola

O embaixador da Federação da Rússia em Angola, Serguey Nenachev, disse que o País tem se desenvolvido "a olhos visto" desde o alcance da paz, em Abril de 2002, e manifestou o interesse em trabalhar para aprofundar as relações de cooperação entre os dois estados. Em declarações à imprensa no final de uma audiência que lhe foi concedida pelo primeiro-ministro angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos, o embaixador russo, que está em Angola há quatro meses, manifestou-se impressionado com o desenvolvimento do País, após ao alcance da paz. "Isso dá para ver nas ruas de Luanda, assim como nos centros provinciais do País", apontou, considerando o País "muito bonito",

com grande futuro e que desempenha um papel muito importante no continente africano e no mundo. Serguey Nenachev disse ter trocado opiniões com o primeiro-ministro sobre o desenvolvimento dos dois países e, durante a conversa, foi manifestada a prontidão e o interesse em reforçar a cooperação bilateral. Sublinhou a importância da visita do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, à Rússia, em Outubro de 2006, no quadro do reforço da cooperação entre os dois países. Angola e Rússia estabelecem cooperação nos domínios militar, policial, formação de quadros, económico, judicial, pesquisa, exploração e exploração de diamantes, entre outros sectores. ■

Actos consulares perto das comunidades

Cônsul-geral apela a preservação da identidade cultural

No quadro da campanha dos serviços consulares junto das comunidades residentes em Lisboa, a cônsul-geral de Angola em Lisboa, Cecília Baptista, apelou sentir-se confrangida por ver crianças angolanas, nascidas em Portugal, perderem a identidade cultural do País.

Na freguesia de Cacém, a cônsul-geral achou curioso o facto de as mesmas crianças não estarem também identificadas com Portugal e considerou importante que os angolanos não percam "os seus hábitos, a sua cultura e a sua forma de estar, pelo facto de estarem a viver fora de Angola". A cônsul-geral sublinhou ainda que o pressuposto da integração à sociedade de acolhimento (no caso Portugal), não deve ser um factor impeditivo de as crianças angolanas herdarem e preservarem a identidade cultural angolana. Nesse sentido, apelou aos pais e aos encarregados de educação das crianças angolanas em Portugal a terem "uma grande preocupação de manter as novas gerações ligadas ao país de origem", exactamente por ser "inconcebível encontrar crianças que não saibam absolutamente nada de Angola". "Como diplomatas, percorremos várias partes do mundo, mas

fazemos tanto quanto possível para que os nossos filhos não percam a sua identidade, porque senão estas crianças estariam sujeitas a influências, perdendo aquilo que é natural neles", assinalou, depois de salientar ainda a importância de se manter os filhos ligados às questões do País. Em mais uma etapa de realização de actos consulares à rua, a cônsul-geral advogou ainda ser urgente para a preservação da angolanidade, a organização em associações "ou outra série de situações que podem trazer os angolanos juntos e, assim, nos valorizarmos". "Se deixarmos de valorizar o nosso País, ninguém vai nos valorizar também", para depois pedir aos angolanos residentes em Cacém: "Façam tudo que estiver ao vosso alcance para manterem os laços que vos ligam à nossa terra", aliás, disse, "o facto de estarem fora do País, não deixaram de ser angolanos". Os actos consulares (registos de nascimento,

pedidos e renovações de passaportes e inscrição consular, entre outros) pelo Consulado Geral de Angola em Lisboa, visam ainda a proximidade e a auscultação dos problemas da diáspora angolana em Lisboa, um objectivo que o Consulado quer aprofundar. A cônsul-geral aproveitou ainda para esclarecer que esta proximidade com as comunidades não tem propósitos eleitoralistas, "tal como dizem algumas vezes dos nossos compatriotas", mas sim a defesa intransigente dos interesses dos angolanos em Portugal. "O Consulado Geral de Angola em Lisboa resolveu adoptar este contacto permanente com as comunidades no sentido de auscultá-las, saber quais são os problemas que enfrentam nos locais de residência e os que decorrem da sua permanência em Portugal", afirmou ainda a cônsul-geral, para quem a iniciativa é uma experiência que tem contribuído para a melhoria da prestação de serviços por parte



Cônsul-geral de Angola em Lisboa.

do Consulado. Embora tenha reconhecido o facto de os outros actos consulares realizados noutros pontos da cidade de Lisboa não ter tido a mesma qualidade oferecida, admitiu que "estamos a aprender muito com a comunidade". Ouvir as críticas da comunidade e aquilo que são as suas preocupações, é uma das filosofias de trabalho que o Consulado resolveu introduzir para colmatar muitas das dificuldades com que muitos dos cidadãos angolanos se deparam em Portugal. É no sentido de tornar o serviço um pouco mais fácil à vida da comunidade relativamente a obtenção de documentos, que os serviços se aproximam ao pé das comunidades aos fins-de-semana. ■

"Angola: Ensino, Investigação e Desenvolvimento - 2008" no Minho

Seis milhões alunos nas escolas de Angola em 2005

Seis milhões de crianças entraram nas escolas em Angola em 2005, número que mostra um grande crescimento do sector educativo, apesar das dificuldades. Em 2002 havia, apenas, um total de 1,2 milhões de jovens no sistema escolar e, agora, há cinco vezes mais, segundo o investigador Narciso Santos, durante a conferência "Angola: Ensino, Investigação e Desenvolvimento (EIDAO - 2008)", realizada em Maio na Universidade do Minho, juntando académicos, investigadores, homens de cultura e agentes económicos, sociais de Portugal e de Angola.

A iniciativa centrou-se nas áreas da "Educação, Cultura e Desenvolvimento", "Desenvolvimento Urbano, Rural e Meio Ambiente", "Recursos Naturais, Desenvolvimento Sustentado e Alterações Climáticas", "Tecnologia e Economia Sustentada", "Sociedade Civil, Estado e Democracia", e "Sistemas de Saúde e Segu-



rança Social". Narciso dos Santos lembrou que "Angola é, na actualidade, um País de grandes oportunidades", o que "desafia o País a enfrentar os desafios da educação, nos vários subsistemas de ensino, e em particular, no ensino superior". Vítor Kajibanga, da Universidade Agostinho Neto, considerou que a crise estrutural e conjuntural do ensino superior em África está intimamente ligada às crises de pertinência, qualidade, gestão e financiamento do ensino superior. Reflectiu sobre a "importância das liberdades académicas no desenvolvimento da ideia de universidade e na promoção da democracia participativa e criativa". Sublinhou o papel das instituições de ensino superior na promoção da educação para a cultura da paz, no respeito pelos direitos humanos, na democracia, na tolerância, no desenvolvimento hu-

mano sustentado e na dimensão cultural do desenvolvimento". De seguida, e falando num painel sobre Educação, Cultura e Desenvolvimento, o universitário angolano Eugénio Silva, que lecciona na universidade minhota, defendeu que só com formação de professores e com articulação dos diferentes subsistemas - do básico ao superior - se pode dar um salto na qualidade do ensino. Considerou, no entanto, que "é necessário dar condições de trabalho aos professores, o que ainda não acontece, para que possam desenvolver o seu trabalho "sem estarem dependentes" de outras formas de subsistência. Os organizadores da conferência internacional sobre Angola consideram que o País tem condições para ter uma educação de qualidade dentro de 10 a 12 anos. A conferência, que foi presidida pelo professor angolano

Joaquim Macedo, foi "um fórum de discussão e de reflexão sobre o desenvolvimento de Angola e de debate dos mecanismos de cooperação para o desenvolvimento". Na abertura esteve presente a cônsul-geral de Angola no Porto, Maria de Jesus Pereira. No manifesto sobre a iniciativa, os organizadores - académicos angolanos e portugueses -, lembram que "o calar das armas e a paz tão ansiosamente desejada" proporcionaram o "desenvolvimento de iniciativas, tanto ao nível institucional quanto ao da sociedade civil". Afirmam que o sistema educativo "tem marcado passos decisivos, quer por via do aumento da cobertura do sistema, quer da oferta educativa, de modo a responder às exigências de uma população excepcionalmente jovem e de uma economia carente de recursos humanos qualificados". ■

Um olhar à imigração africana em Portugal

A presença de africanos em Portugal é mais antiga em terras lusas. Vieram aquando das invasões muçulmanas no século VI, mas foi só depois do Séc. XV que a sua presença em Portugal se tornou uma realidade incontornável, embora pouco estudada.

Após a conquista de Ceuta, em 1415, o número de negros aumentou de forma exponencial. Portugal tornou-se, entre os séculos XV e XVIII num enorme entreposto de escravos. Os que não eram vendidos para Espanha e outros países, eram usados em inúmeras actividades, suprimindo a constante falta de mão-de-obra que as explorações e o comércio marítimo provocavam. No século XVI, um em cada cinco habitantes da cidade de Lisboa era negro. Ainda em finais do século XIX, eram assinaladas algumas aldeias de Portugal onde a população era claramente de origem africana, como as de São Romão do Sado ou em Tolosa (Nisa). Estudos genéticos recentes revelam a presença de "sangue africano" de norte a sul de Portugal. Segundo o investigador Carlos Fontes, a presença dos negros na sociedade portuguesa era tão grande que entre o século XV e XIX aparecem com grande frequência na literatura, mas também são assinalados em inúmeros espectáculos populares. Em Lisboa, um das suas danças e cantares, o Lundum, acaba por dar origem ao Fado, a "canção nacional". Até ao século XIX, a questão do cruzamento de raças parece ter pouca importância social. Portugal era de longe o país mais afro-asiático da Europa. A pigmentação da população aproximava-se mais de África do que da Europa. Acontece que as ideias racistas que se difundem por toda a Europa começam a hierarquizar a inteligência dos povos em função da pigmentação da sua pele. Os cruzamentos são agora mal vistos, assim como também a descendência ou a simples presença de negros. O lugar dos negros é em África. Procede-se então a um lento trabalho de ocultação das marcas dos negros em Portugal, assim como do passado do país ligado ao tráfico de escravos. A vinda de negros torna-se um fenómeno cada vez mais raro, o que todavia nunca deixou de acontecer. A viragem só ocorre, no início do anos 50 do século XX quando se passa a defender que Portugal é uma nação multiracial. Este facto deu

uma nova visibilidade aos negros em Portugal, mas não promoveu a sua vinda massiva. Nos anos 60, dois factos novos que mudam o quadro anterior: o início da guerra colonial e a emigração em massa de portugueses, fazendo com que, entre 1960 e 1973, Portugal fica sem menos 900 mil potenciais trabalhadores. A escassez de mão-de-obra leva o governo a promover a vinda de gentes das antigas colónias, so-



bretudo de Cabo Verde, para suprir as necessidades na construção civil e nas obras públicas. Calcula-se que entre 1963 e 1973 terão vindo legalmente para Portugal 104 mil e 767 cabo-verdianos. Com o fim das colónias, inicia-se a vinda de centenas de milhares de africanos para Portugal. O número exacto é impossível de determinar. Por várias razões. A primeira é que face à lei que vigorou até 1981 (Decreto Lei 308/75), qualquer cidadão que tivesse nascido numa das antigas colónias portuguesas até à data da sua independência (1974/75) era para todos os efeitos um cidadão português. Os sucessivos conflitos armados que ocorreram nas ex-colónias após a Independência, foram sempre marcados pela vinda de importantes grupos de refugiados, na maior parte dos casos sem este estatuto. Nos anos 80, numa altura em que Portugal se mergulhava numa profunda crise económica, assiste-se a um aumento da imigração, originária

sobretudo dos PALOP. As condições de acolhimento desta nova vaga de imigrantes foram as piores que se possam imaginar, agudizando-se os problemas sociais, nomeadamente devido às degradantes condições de trabalho e de habitação em que viviam. Em 1991, o Serviços de Emigração e Fronteiras (SEF) de Portugal registava 113 mil e 978 imigrantes legais, dos quais 40 por cento eram oriundos das ex-colónias. Os

problemas da integração de um número tão elevado de imigrantes foram-se agravando, devido à contínua chegada de novos imigrantes e à incapacidade do Estado para resolver muitos problemas estruturais (habitação, assistência social, apoio familiar e educativo, entre outros). O resultado foi o aumento da exclu-

são social, com todos os problemas que isso implica, em largos estratos da população africana residente em Portugal. Um dos problemas mais graves prende-se com a questão da cidadania destes imigrantes. Muitos dos que nasceram em Portugal, filhos de pais africanos, não se identificam nem como portugueses, nem como africanos. A própria lei não lhes facilita a aquisição da nacionalidade portuguesa. Em meados dos anos 90, o problema dos africanos atingiu em Portugal tais dimensões que o Estado português começou finalmente a encarar o problema, como uma questão nacional que urge resolver. Contudo, devido às profundas mudanças na composição da imigração neste início do século XXI, os africanos têm sido ainda penalizados, com o surgimento de cidadãos da Ucrânia, Moldávia, Roménia, Rússia e também do Brasil. Para centenas de milhares de imigrantes oriundos das ex-colónias, a história comum que partilha com Portugal deveria proporcionar um melhor acolhimento. A maioria dos jovens africanos em Portugal não se identifica com os portugueses, apesar de a sua maioria já ter nascido em Portugal (26 por cento) ou viver em Portugal há mais de 10 anos (25 por cento). Esta foi uma das conclusões de um estudo realizado pelo ISCTE, a pedido da Secretaria de Estado da Juventude (Maio 2002). Apenas quatro por cento se revê na sociedade portuguesa branca.



Convivência fraterna

A imagem do africano continua a ser associada ao trabalhador da construção civil e a profissões pouco qualificadas, embora no desporto, na música, no jornalismo ou mesmo no ensino, tenham adquirido uma grande projecção. Desde o “rei” Eusébio, Mário Coluna, Matateu ou Zé Maria (anos 60), Jota Jota, Jordão, Carlos Alhinho ou Shéu e outros tantos da gera-

ção seguinte (Lito Vidigal, Oceano, Hélder Cristóvão ou Chainho), um número crescente de desportistas portugueses de renome são africanos ou de ascendência africana: Bosingwa, Nani, Miguel, Luís Boa Morte, Nelson Évora, Naide Gomes, entre outros. A grande vaga de imigração africana dos anos 80/90, criou à volta de Lisboa inúmeros “bairros” de barracas. O seu cres-

cimento foi sendo acompanhado pelo aumento do desemprego, pobreza e outras desigualdades. Apesar das duras condições de existência dos seus habitantes, estes bairros mantém viva a cultura africana na Europa, com a sua rica culinária, música, dança e hábitos tradicionais. O concelho da Amadora é exemplo da multiculturalidade. Já o intitulam de “a cidade mais

africana da Europa”. Independentemente daquilo que muitas vezes se faz crer, a convivência entre africanos e portugueses é fraterna. Poucos são os jovens portugueses que hoje não frequentam espaços de diversão africanos ou que não sabem dançar um kizomba ou usar um calão. Cova da Moura (Amadora), um típico bairro africano transplantado para a Europa, onde se pode comer feijão congo, cachupa, madioca, surgiu nos finais dos anos 70, sendo os seus fundadores refugiados da guerra civil de Angola. Nos anos 80, juntaram-se-lhes muitas famílias imigrantes oriundas de Cabo Verde, Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe. O bairro de barracas foi crescendo em população e em problemas. Os filhos destes imigrantes já nascidos no bairro, num ambiente de pobreza e degradação, acabaram por ser as primeiras vítimas do processo. Entregues à sua sorte, sem instrução nem famílias estruturadas, muitos acabaram por se dedicar à delinquência e depois ao crime organizado. A maioria dos jovens africanos (80 por cento), considera-se discriminada no acesso ao consumo, mas sobretudo na forma como são tratados nos estabelecimentos de saúde, nas escolas ou tribunais. Ao contrário das primeiras gerações de africanos, muito marcadas pela passividade, as novas gerações já nascidas em Portugal, procuram diversas formas de afirmação cultural, nomeadamente através da música e grafites. ■



Facilitada inscrição na Segurança Social

Os trabalhadores imigrantes começaram já inscrever-se na Segurança Social, mediante contrato de trabalho ou através de documento comprovativo da relação laboral emitido por uma entidade devidamente creditada (sindicato, associação ou autoridade para as condições de trabalho). A legalidade foi reposta depois da intervenção de diversas associações e de uma deputada do Bloco de Esquerda. Desde a entrada em vigor da nova Lei de Imigração, a 3 de Agosto, a pretexto de que a recém-

criada ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho) já não exigia o registo dos contratos de trabalho dos candidatos à legalização ao abrigo do Artigo 88, n.º 2 desta Lei, diversos Centros Distritais da Segurança Social deixaram de aceitar inscrições de novos beneficiários, mesmo a pedido das entidades patronais: foi o caso de Setúbal e Portalegre, a Sul, bem como em diversos distritos do centro e norte do país. Criou-se assim uma inaceitável desigualdade no tratamento de cidadãos (neste caso imi-

grantes) em diferentes regiões, situação agudizada após regulamentação da Lei 23/2007 e a colocação online do formulário em <http://sapa.sef.pt> que não pode ser preenchido sem a introdução no número de beneficiário da Segurança Social. Milhares de imigrantes ficaram pura e simplesmente arredados da possibilidade de legalizarem a sua situação. Pior ainda: diziam-lhes que só poderiam ser inscritos depois de obterem Autorização de Residência, colocando os migrantes numa

espécie de beco sem saída entre o SEF e a burocracia da Segurança Social. A acção das associações de imigrantes, pela denúncia e intervenção persistentes, conseguiu desbloquear a situação, em algumas localidades. Mas só a 13 de Dezembro a legalidade foi reposta em todo o país, através da Informação Técnica n.º 20/2007 da Segurança Social que permite a inscrição de trabalhadores estrangeiros mediante “Contrato de trabalho devidamente carimbado pela entidade empregadora” ou,

quando seja de todo impossível a sua exibição, em alternativa, através de “Documento comprovativo da relação laboral emitido por uma das seguintes entidades: Sindicato; Associação com assento no Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração; Autoridade para as Condições do Trabalho (ex-Inspecção-Geral do Trabalho)”. Abriam-se assim novas perspectivas de acesso à cidadania por parte de milhares de trabalhadores, remetidos à clandestinidade e à exploração. ■

Da autoria da angolana Dilma Esteves

Lançada obra sobre cooperação China-África

Um estudo analítico do estado evolutivo das relações económicas entre a China e o continente africano, particularizando o caso da República de Angola, está descrito no livro da autoria da angolana Dilma Esteves, lançado a 14 de Maio



último, no Auditório da Fundação Cidade de Lisboa. Intitulada "Relações de Cooperação China-África: O Caso de Angola", apresentada pelo general Loureiro dos Santos, a obra resulta da publicação da sua tese de Mestrado em Relações Internacionais, conferido pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Licenciada em Estudos Africanos, na Faculdade



de Letras da Universidade de Lisboa, Dilma Esteves nasceu na cidade do Huambo e actualmente é investigadora académico-científica. Estiveram ainda presentes ao acto, o ministro conselheiro da Embaixada de Angola em Portugal, Rui Xavier, em representação do Embaixador Assunção dos Anjos; a Cônsul-geral de Angola em Lisboa, Cecília Baptista, diplomatas da Embaixada de Angola em Portugal, entre outros convidados. ■



Angola com níveis baixos de prevalência de SIDA na SADC

cutor garantiu que existem programas em curso para diminuir os casos de Sida na zona. A título de exemplo, citou o caso do Botswana em que se trouxe o grau de prevalência para o controlo. "É preciso arregaçar as mangas e educar. É necessário transmitir mensagens educativas à camada jovem sem tabus e encorajar também os dirigentes segmentos da sociedade sobre as consequências da doença", acrescentou. Um relatório, intitulado "Confrontando a Crise dos Profissionais de Saúde para a Expansão do Acesso ao Tratamento para o HIV/SIDA", aponta que mais de um milhão de pessoas na África do Sul, Moçambique, Malawi e Lesotho necessitam de tratamento da doença. ■

Angola é um dos países membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) com níveis baixos de casos de HIV-SIDA, em relação a outros estados membros, segundo o Secretário Executivo da organização, Tomás Salomão. "Nas estatísticas que temos Angola não é um país indicado com alto nível de prevalência na região", explicou, sem adiantar números. Em declarações à imprensa à margem da 29ª reunião ministerial do Comité Inter-Estatal de Defesa e Segurança da SADC, o interlo-

Governo prepara ratificação do Acordo Ortográfico

Especialistas angolanos de vários sectores vão analisar aspectos ligados à ratificação por Angola do Acordo Ortográfico num encontro que decorrerá em Luanda, em Julho, promovido pelo Ministério da Educação. Denominado «Oficina de Trabalho», a iniciativa vai reunir linguistas, sociolinguísticos, metodólogos do ensino da língua portuguesa, sociólogos, editores, juristas, informáticos e economistas, com vista a analisarem questões técnicas ligadas à ratificação do Acordo Ortográfico. A coordenadora da Comissão Nacional do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, Paula Henrique, disse que os resultados da reunião serão submetidos

ao Ministério da Educação, que por sua vez os entregará ao Conselho de Ministros, para análise e aprovação. A ser aprovada a proposta de lei pelo Conselho de Ministros, cabe à Assembleia Nacional a ratificação do acordo. Segundo Paula Henrique, o Acordo Ortográfico entrará logo em vigor após a sua análise, e por isso, a necessidade deste encontro para a recolha de opiniões de especialistas. O Acordo Ortográfico foi assinado a 16 de Dezembro de 1990 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, mas não podia entrar em vigor por não ter sido ratificado por todos os países. ■

Recolhidas cerca de 52 mil armas desde 2002



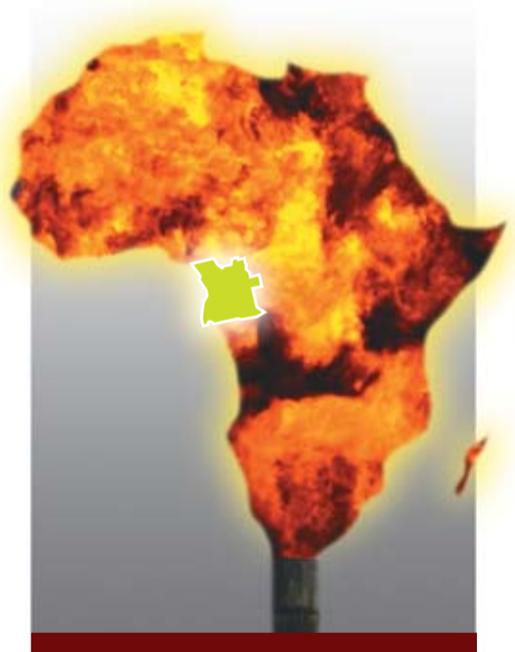
Cerca de 52 mil armas que pertenceram as extintas forças de defesa foram recolhidas desde 2002, no País, anunciou, em Luanda, o chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, Francisco Pereira Furtado, no final de uma reunião da Comissão Nacional para o Desarmamento da população em posse ilegal de armas, presidida pelo primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos. O general confirmou que as cerca de 52 mil armas que pertenciam a defesa civil já se encontram nos depósitos de armamento das Forças Armadas. Declarou que a comissão de desarmamento nome-

ada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, está a conduzir o processo, que reserva às Forças Armadas "um papel muito activo" no processo. O encontro aprovou o plano de acção de desarmamento de cidadãos em posse ilegal de armas de fogo e apreciou o cronograma de acções, o código de conduta dos agentes da polícia e a estrutura da campanha de sensibilização e educação cívica da população. A Comissão Nacional foi criada pelo Chefe de Estado com o objectivo de reduzir a proliferação de armas ligeiras e de pequeno porte, sobretudo, as adquiridas ilícitamente durante a guerra. ■

Adaptações climáticas

Angola prepara plano

O ministro do Urbanismo e Ambiente, Diakumpuna Sita José, apontou, em Luanda, a preparação da Primeira Comunicação Nacional sobre Alterações Climáticas e o Plano de Acção Nacional de Adaptação, como principais projectos do seu pelouro no tocante ao combate às alterações climáticas. O governante fez este pronunciamento quando falava no acto de lançamento do Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Segundo o responsável, a comunicação incluirá a realização de um inventário das fontes de emissão de gases de efeito estufa e proporcionará o conhecimento "profundo" das principais fontes de emissão de poluentes. O mesmo programa ajudará a desenvolver estratégias e planos consentâneos para as reduzir ou eliminar. Quanto ao Plano de Acção Nacional de Adaptação (Napa), incidir-se-á na definição de medidas "imediatas" de mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas no País. Os dois projectos serão apoiados pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), através do Fundo Mundial para o Ambiente (Gef), orçado em 700 mil dólares. O seu pelouro



está igualmente engajado na preparação da Estratégia Nacional para a Gestão de Resíduos Urbanos que será construída na base do princípio de maximização do reaproveitamento, valorização económica e preservação ambiental. Afirmou que existem indicações que confirmam a presença da subida da temperatura em Angola ao longo dos últimos 50 anos. Por esta razão, disse considerar a adaptação às alterações climáticas como a opção prioritária nas políticas sectoriais do governo. Reiterou ainda que para corresponder aos compromissos internacionais o País elaborou a Estratégia Nacional para a Implementação da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e do Protocolo de Kyoto. ■



Daniel Nascimento

«A minha carreira vai continuar se Deus quiser»

Daniel Nascimento dispensa apresentação. De Portugal, onde faz a sua principal morada, além do jornalismo, lançou-se, com o apelido DANNYL, para o mundo da música, em 2003, “embora já tenha feito alguma coisa anteriormente”. O seu primeiro disco saiu em 2004, com o título “Tá Bater” e foi lançado em Angola, claro.

• **Quando é que descobriu a veia musical?**

A veia artística não se descobre: tem-se ou não. Sou de uma família de muitos músicos, e mais cedo ou mais tarde tinha que vir parar à música. Acho que estava predestinado e ainda bem, hoje posso mesmo dizer que ainda bem.

• **Além de ser músico, também é jornalista. Qual é a sua verdadeira profissão?**

Sou jornalista, apresentador de televisão da SIC, em Portugal. Sou um miúdo que anda a procura do seu espaço, e um sonhador que quer conquistar alguma coisa. Todos dias, ganho o meu terreno. Como digo, mas ainda falta muito. Ainda há um longo caminho a percorrer para frente.

• **Como consegue conciliar as duas coisas?**

Concilio com disciplina. Aprendi em casa a observar os meus pais. São pessoas disciplinadas, isso só se consegue com um grande sentido de responsabilidade e saber exactamente qual é o nosso espaço. Como jornalista e apresentador de televisão, tenho o meu tempo tomado, mas acredito sempre que as pessoas querem fazer alguma coisa, fazem. Como também sou uma pessoa religiosa, um homem de Deus, também acredito muito na fé, tenho a alta confiança, arranjo sempre espaço. Durmo menos do que, se calhar, muitas pessoas. Durmo quatro a cinco horas por dia, porque sou filho de duas pessoas que trabalharam toda vida para conquistar alguma coisa. Não podia ser um acomodado, seria muito mais fácil.

Os meus pais educaram-me para ser uma pessoa íntegra, trabalhadora e não para estar sentado a espera que as coisas venham ter comigo. Isto já é da minha personalidade: ser uma pessoa combativa.

• **Fala dos seus dois discos, o “Ta Bater” e a “Nação Angolana”...**

O “Tá Bater” foi uma conquista muito grande, porque foi um disco que me deu muito trabalho, e tive a honra de trabalhar com o Eduardo Paim, que é um dos nossos maiores músicos e um grande amigo, uma pessoa que acreditou no meu talento, quando foi preciso acreditar. Lutou comigo, ensinou-me muitas coisas e aprendi a observar. A minha carreira vai continuar se Deus quiser. Em “Nação Angolana”, trabalhei com muito mais produtores, como Ciro Cruz, que também é o meu produtor. Participaram

também o Hélvio, que é um artista de grande talento e que se identifica comigo, o Semba Master e os Kalibrados. Sou um grande amante de Hip Hop, porque até também faço Hip Hop.

• **Mas canta mais Semba...**

Quando me dizem, geralmente, que sou um cantor de Semba, respondo que sou um artista. E um cantor é um cantor. É preciso ter a versatilidade de cantar tudo, uns de uma forma feliz e outros de forma menos feliz. Mas antes de tudo sou um artista e não gosto de ser catalogado. A minha veia e linha musical são o Semba, o que quer dizer que não faço outra coisa.

• **Qual é o seu espaço conquistado no mercado angolano e português?**

Devo muito ao carinho dos angolanos, porque tudo isso não seria possível se não tivesse sido bem recebido. Comparavam-me com o Eduardo Paim, outros com o Paulo Flores, enfim. No início achei normal, porque na música ninguém me conhecia, parece que cai de pára-quadras. Apesar de já ter uma experiência e uma

linhagem musical, compreendo que às vezes, quando um artista novo aparece, sofre comparações. Entendo sempre isso como um elogio, compararem-me com dois artistas que são dois nomes maiores da música, é muito bom para mim. Mas

não quero ter a presunção de achar que já conquistei tudo que tinha que conquistar, que já sou uma grande pessoa. Não. Eu ainda sou pequenino e quero continuar assim. Conquistar as coisas pouco a pouco e na música quero fazer uma carreira, em televisão quero fazer também uma carreira. Conquistei muitas coisas e há uma aposta muito forte da SIC.

• **Como vê a música angolana ontem e hoje?**

Olhe, é curioso que noutro dia estava em estúdio e discutia com alguns cole-

gas sobre isso. A nossa música teve um “boom” muito grande, mas éramos poucos. Houve até um amigo músico que tocou numa questão muito importante. Ele diz que a partir do momento que terminou a guerra, houve um renascer da música angolana que esteve adormecida durante algum tempo. A nossa música agora tem pernas para voltar a marcar posição, até invejava no bom sentido os cabo-verdianos. Mas é preciso que os artistas angolanos estejam unidos, trabalharmos mais juntos, de nos conhecermos mais e de nos aproximarmos.

• **É possível viver da música?**

Tenho um outro trabalho, mas os rendimentos da música são bons, não gosto de falar de dinheiro (risos).

• **Projectos para o futuro?**

Sou empresário da música, uma vez que sou o produtor executivo dos meus discos. Mas tenho um empresário, uma editora em Portugal. É preciso que os artistas percebam que a música é um negócio. É preciso vender os discos e ter resultados, não basta fazer música. Quase todos os artistas em Angola têm essa vertente empresarial, a partir do momento em que são os músicos que vão buscar os patrocinios e que negociam os shows e os cachês.

• **Como vê o desenvolvimento de Angola?**

O nosso País está a desenvolver-se muito rapidamente e tem essa capacidade, de resistência e ultrapassar as barreiras. A música ajudou-nos a ultrapassar as barreiras. Os angolanos nunca pararam de se divertir, o que quer dizer que os artistas têm uma função muito importante na sociedade. Não somos um bando de arruaceiros que andamos aqui a brincar, como muitas pessoas pensam. É preciso que cada um, na sua área, faça alguma coisa para que Angola seja uma potência em África. ■



«NÃO SOMOS UM BANDO DE ARRUACEIROS QUE ANDAMOS AQUI A BRINCAR, COMO MUITAS PESSOAS PENSAM. É PRECISO QUE CADA UM, NA SUA ÁREA, FAÇA ALGUMA COISA PARA QUE ANGOLA SEJA UMA POTÊNCIA EM ÁFRICA».

“Double Three M”: Sucesso!

Double Three M é um grupo de Rapper`s com um futuro promissor no mundo do Hip Hop. Há já algum tempo a esta parte, este grupo tem vindo a deliciar as expectativas dos seus fãs, maioritariamente residente na grande Lisboa e arredores. Embora não tenham ainda algum álbum no

mercado, já são ouvidos em algumas rádios locais, com um dos seus grandes sucessos: as músicas “Nova Family” e “In this Party”, tornando-se num dos exemplos de que, com pouco, se consegue fazer muita coisa. Em termos de perspectivas, garantem que são muitas, mas só lhes ocorre uma

coisa: o sucesso. Ao grupo Double Three M confiança não falta, assim como talento e presença. Contudo, só mesmo o primeiro álbum poderá, para já, definir o futuro próximo deste grupo. Que se cumpram as expectativas desde jovens estudantes angolanos moradores na Linha de Sintra! ■



Futebol

É neto de Napoleão Brandão

Promessa do Manchester United espera jogar pelos Palancas Negras

Evandro Brandão, avançado angolano da equipa B do Manchester United, que actualmente representa a Selecção Portuguesa de Sub-17, não fecha a porta aos Palancas Negras.

Residente na Inglaterra desde os 11 anos, depois de ter passado por Portugal, o jovem de 17 anos, neto de Napoleão Brandão, antigo guarda-redes do 1º de Agosto e da Selecção Nacional, lamenta o facto de nunca ter sido contactado pela Federação Angolana de Futebol (FAF). Há dois anos assinou um contrato de três épocas com o Manchester, depois de ter estado à experiência no Blackburn Rovers e passado pelo

Walsall FC, da II divisão inglesa, de onde se transferiu para os "red devils". Por enquanto joga na equipa B, mas tem estado a treinar na formação principal, daí acreditar na possibilidade de ascender para o plantel às ordens de Sir Alex Ferguson. "Com trabalho chega-se lá. Quem está na equipa B pode jogar na principal, mas tudo leva o seu tempo. A equipa do Manchester United é muito competitiva, e isso aumenta a concorrência";



diz Evandro Brandão. Evandro afirma que muitos jogadores escolhem outras selecções devido às condições que estes países oferecem. "As nossas decisões são às vezes, ou quase sempre, motivadas pelas condições que estes países nos oferecem, mas

sei que em Angola as coisas estão a mudar. Tenho conversado com Manucho Gonçalves. Estou com 17 anos e posso um dia decidir jogar pelo meu País", promete. Evandro Brandão destacou-se pela sua equipa (Walsall FC) na Manchester United Nike Cup, em finais de 2006, um torneio apadrinhado pela marca de equipamentos desportivos e o campeão inglês e europeu, que junta todos os anos as melhores equipas de Sub-15 do mundo, tendo de imediato interessado ao técnico português Carlos Queirós, principal responsável pela chegada do jogador ao clube. Natural de Luanda, Evandro é filho de mãe angolana e pai português. Entrou para a academia do Blackburn Rovers com 13 anos. Na primeira temporada ao serviço do Walsall FC, marcou 10 golos em 14 jogos. Aí começou a atrair as atenções dos observadores do Manchester United. ■

Corrida ao Mundial 2010: Angola entra a liderar o Grupo 3

A selecção nacional de futebol manteve-se invencibilidade no Grupo 3 das eliminatórias de acesso ao Mundial - 2010, a disputar-se na África do Sul, mercê das vitórias nas duas primeiras jornadas contra o Benin e o Níger. Na primeira jornada do Grupo 3, os Palancas Negras venceram, no Estádio

dos Coqueiros, em Luanda, o Benin, por 3-0, com golos de Flávio, Job e Mendonça. Já na jornada seguinte, em Niamey, Angola derrotou o Benin por 2-1, com golos de Flávio e Yamba Asha, colocando-se no topo do Grupo 3 da dupla campanha para o CAN e Mundial de 2010. Na classificação, os

Palancas Negras somavam seis pontos, seguidos pelo Benin e Uganda, ambos com três pontos. A liderança dos Palancas foi interrompida na terceira jornada, depois de uma derrota inesperada no Uganda (1-3), com o tento de honra angolano a ser marcado pelo benfiquista Mantorras. ■

Basquetebol



Basquetebol: 1º de Agosto conquista 14º título nacional

O 1º de Agosto conquistou o seu décimo quarto título nacional em basquetebol sénior masculino a duas rondas do fim da prova. Depois de vencer, no pavilhão do Tafe, em Cabinda, o Promade local, por 101-66, em jogo da primeira ronda da quarta volta, o clube militar. Com aquele resultado, os "militares", que ti-

nam ainda por disputar duas jornadas, somavam 20 pontos, e mesmo que perdessem os outros dois jogos (ASA e Petro) não poderão ser ultrapassados pelos demais adversários. E foi exactamente o que aconteceu: depois de vencer o ASA, os "militares" derrotaram o Petro de Luanda por 105-73, terminando o Campeonato Na-

cional com 24 pontos, mais quatro que os "tricolores", no segundo posto. No final do encontro, o treinador "petrolífero" parabenizou a formação "militar" e disse que os seus pupilos fizeram o possível, mas o insuficiente para contrariar o favoritismo do adversário. "Fizemos tudo que estava ao nosso alcance, lutamos até a exaustão, mas do ou-

tro lado encontramos uma equipa muito forte que venceu muito bem porque foi superior. Os meus atletas foram heróis, uma vez que deram o máximo", disse. Além do campeonato, o 1º de Agosto, treinado pelo português Luís Magalhães, conquistou também a Supertaça Wlademiro Romero e a Taça de Angola. ■

Gustavo da Conceição preside reunião olímpica no Cairo

O presidente da Associação dos Comitês Nacionais Olímpicos de África (ACNOA), o angolano Gustavo da Conceição, dirigiu recentemente, no Cairo, Egipto, uma reunião na qual participaram

chefes de missão de países que estarão presentes nos Jogos de Pequim. O encontro serviu para informar os responsáveis das missões olímpicas dos representantes africanos em Pequim sobre diver-

sos aspectos ligados ao evento mundial, referiu o também presidente do Comité Olímpico Angolano. "A ideia de realizarmos esta reunião resultou da necessidade de permitir que todos os países

africanos possam, atempadamente, tomar conhecimento da forma correcta de prepararem, burocraticamente, a participação dos seus atletas nas olimpíadas", afirmou Gustavo da Conceição. ■